

RUAS, @TIVISMO EM REDE, ESPAÇO PÚBLICO E OS PROTESTOS DE 2013

STREETS, NETWORK-@CTIVISM, PUBLIC SPACE AND PROTESTS IN 2013
Vinicius Martins Carrasco de OLIVEIRA¹, Claudio Bertolli FILHO²

Resumo: Através de uma abordagem teórica e ensaística pretende-se refletir sobre problemáticas da reocupação urbana no contexto dos protestos de junho de 2013 na capital paulista, articulados pelo Movimento Passe Livre (MPL-SP) pela redução de tarifa de transporte urbano. Pretende-se analisar tal fenômeno sob a perspectiva da cultura enquanto produção simbólica e a apropriação do ativismo em rede e da cibercultura para comunicar o descontentamento clamando o direito à cidade e tantos outros direitos dos cidadãos que foram relegados com o esvaziamento do Estado na contemporaneidade.

Palavras-chave: Direito à cidade; Protestos de 2013; Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP); Cibercultura; Ativismo em rede;

Abstract: *Through a theoretical and essayistic approach aims to reflect on issues of urban reoccupation in the context of the June 2013 protests in São Paulo, articulated by Free Pass Movement (MPL- SP) for the reduction of urban transport fare. It intends to analyze this phenomenon from the perspective of culture as symbolic production and the appropriation of network-activism and cyberculture to communicate dissatisfaction claiming the right to the city and so many other rights of citizens who were relegated to the State emptying nowadays.*

Keywords: *Right to the City ; 2013 protests; Free Pass Movement São Paulo (MPL - SP) ; Cyberculture ; Network-activism.*

¹ Jornalista e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FAAC/UNESP), Bauru-SP. E-mail: vmcarrasco@hotmail.com.

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FAAC/UNESP), Bauru-SP. E-mail: cbertolli@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

A ocupação de espaços urbanos e o surgimento de um espaço público comunicativo durante os protestos de 2013 no Brasil trouxeram à tona a discussão de temáticas como os direitos sociais e demandas que necessitam de atenção por parte das autoridades. Pretende-se, discutir tais problemáticas de forma teórica, destacando características identitárias de um dos movimentos articuladores destes levantes, a questão da tarifa, do transporte e da mobilidade urbana que desencadearam as manifestações. Leva-se em consideração a utilização do ativismo em rede para (re) apropriação da cidade e das ruas somadas às redes sociais digitais e dispositivos móveis, nuances da cibercultura, para a articulação de ações comunicativas para dar visibilidade às questões envolvidas. Relaciona-se o fenômeno com a questão teatral e a espetacularização dos eventos midiáticos abordando-o sob a perspectiva da cultura enquanto produção simbólica defendida por representantes latino-americanos dos Estudos Culturais e questionam-se os limites para uma visão otimista das novas tecnologias de informação e comunicação e sua aproximação com o exercício à cidadania. Para tanto, parte-se da abordagem do significado simbólico da cidade esvaziado ao longo da história.

Na Grécia Antiga a *polis* era uma organização social constituída por cidadãos livres que surgiram do agrupamento de várias tribos a partir do século VII a. C., no chamado Período Arcaico. Nela tais cidadãos discutiam e elaboravam as leis relativas à cidade. A ágora, uma praça pública, era utilizada pelos cidadãos para discussões políticas e manifestações cívicas e religiosas.

O processo de urbanização desenfreado do século XX trouxe consigo consequências, uma vez que as cidades passaram a ser espaços de segregação e diferenças, sobretudo econômicas. Boa parte da população se concentrou em áreas distantes do centro onde grandes empreendimentos foram construídos, valorizando-se e tornando sua aquisição restrita a detentores de poder econômico. E o desenvolvimento urbano desigual, segundo Harvey, traça o cenário para o conflito social.

O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais. No entanto, o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. Culturas opositoras tiveram, portanto, de se adaptar a essas novas regras e encontrar novas maneiras de desafiar a hegemonia da ordem existente. Elas podem ter aprendido a inserir-se em estruturas de governança, por vezes com poderosos efeitos (tal como em numerosas questões ambientais). Recentemente, toda sorte de inovações e experimentações com formas coletivas de governança democrática e de decisão comunal têm emergido na cena urbana. (HARVEY, 2013, p. 32).

Segundo Harvey (2013, p. 32), é preciso criar novos espaços urbanos comuns [*commons*], de uma esfera pública de participação democrática, exige desfazer a enorme onda privatizante, imaginar uma cidade mais inclusiva, baseada em uma ordenação diferente de direitos e em práticas político-econômicas. Esse direito à cidade é um grito, uma demanda, que tem força apenas na medida em que existe um espaço a partir do qual e dentro do qual são visíveis. “Ao reclamar o espaço em público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos” (MITCHEL apud HARVEY, 2013, p. 33-34).

Vainer (2013, p. 39) afirma que a cidade neoliberal “agudizou” problemas como a favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados que as cidades herdaram de quarenta anos de “desenvolvimentismo excludente”. Essa retomada do direito à cidade e, sobretudo, à cidade é uma espécie de resposta à segregação da exploração capitalista do mundo globalizado de política neoliberal.

A ocupação das cidades, a tomada das praças, consideradas marcos referenciais da própria história da humanidade, seja para manifestações artísticas, lazer atividades econômicas, administrativas ou para protestos sociais é uma das características em comum entre os protestos geográfica e ideologicamente distantes ao redor do globo

como a chamada Primavera Árabe, que congrega um conjunto de levantes contra os regimes ditatoriais em países árabes do Norte da África e do Oriente Médio como Tunísia, Egito, Líbano, Jordânia, Líbia, territórios palestinos etc.; o Movimento dos Indignados ou 15M³, que surge em Madri, Espanha contra o poder dos bancos, a crise enfrentada pelo país e como luta por uma democracia direta; o *Occupy Wall Street*⁴, contra o sistema financeiro nos Estados Unidos; e os protestos ocorridos no Brasil partir de junho de 2013 contra o aumento nas tarifas do transporte coletivo das principais capitais brasileiras.

Não só a arquitetura, mas a função desses espaços urbanos se modifica ao longo dos anos. As praças, que nas cidades da Idade Média eram centro de trocas, comércio e punição, deram lugar às cidades coloniais onde se “espetacularizar” o controle da população contra as insurgências. Paralelamente no contexto europeu da idade Moderna, as praças das cidades ganham *status*, reúnem casarões, elite, prefeituras, igrejas, comércio etc. (GOHN, 2013, p. 90). Na contemporaneidade, as praças se transformaram em espaços de concentração para massas em diferentes épocas históricas com a função comum de ser palco de manifestação, protesto, reivindicações, marchas, ocupações etc. Elas tornam-se *locus* por excelência de espaço público para o exercício da cidadania (GOHN, 2013, p. 90-91).

Essa ocupação ou reocupação simbólica das cidades que caracteriza tais manifestações ativistas é uma forma de manifestar contra essa segregação do capitalismo imposta às populações das grandes metrópoles. Nesse sentido, observa-se a emergência e atuação de movimentos sociais⁵ voltados a resolver problemas decorrentes das desigualdades que afetam grandes contingentes populacionais (movimentos de transporte, moradia, terra, saúde, lazer, meio ambiente, paz, contra a violência, defesa dos animais etc.) tais como o Movimento Passe Livre (PERUZZO, 2013, p. 163).

³ Para saber mais, acesse a página do movimento na internet: <http://www.movimiento15m.org/>

⁴ Veja a página do movimento para mais informações: <http://occupywallst.org/>

⁵ Movimentos sociais são definidos como articulações da sociedade civil constituídas por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos e que se organizam para reivindicá-los. Eles podem assumir configurações dependendo de suas motivações, do lugar, do tempo histórico e da conjuntura em que se movem. (PERUZZO, 2013, p. 75).

O MPL⁶ ganhou projeção por ser um dos principais articuladores dos protestos de 2013. Um ano e meio depois, sua vertente paulistana, MPL-SP, voltou às ruas, em 2015, para novas reivindicações após o anúncio do aumento da tarifa do transporte para R\$ 3,50 na capital de São Paulo.

O MPL surge oficialmente durante a plenária do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, realizado em 2005 como proposta de um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Suas origens, entretanto, remontam à revolta popular (“A Revolta do Buzu”) contra o aumento da tarifa em Salvador, em 2013, e à chamada “Revolta da Catraca”, em Florianópolis, no ano seguinte. O movimento prega a chamada “Tarifa Zero”, pois considera o transporte é um serviço público essencial, direito fundamental que assegura o acesso das pessoas aos demais direitos como saúde e educação. A argumentação parte de levantamento do IPEA⁷ que indica que no Brasil, 35% da população que vive nas cidades grandes não tem dinheiro para pagar ônibus regularmente, o que gera exclusão social devido à restrição do direito de ir e vir.

1. Transporte, tarifa e mobilidade urbana

Os protestos realizados no Brasil em 2013, com desdobramento em pelo menos 27 cidades no exterior, eclodiram em forma de manifestações populares contra o aumento das tarifas do transporte coletivo das principais capitais brasileiras como, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Segundo os organizadores, estima-se que dois milhões de pessoas tenham saído às ruas entre junho e agosto de 2013, em 483 municípios, e que as manifestações superaram a marca de dois milhões de pessoas. Só em junho as manifestações foram realizadas em 353 cidades brasileiras e atingiu em 20

⁶ Mais informações sobre o Movimento Passe Livre (MPL) na página oficial (<http://www.mpl.org.br>), em seu perfil no Facebook (<https://www.facebook.com/MovimentoPasseLivrempl/info>), nas páginas de coletivos como o MPL-SP (<http://saopaulo.mpl.org.br/>), no perfil no Facebook (<https://www.facebook.com/passelivresp/info>) ou no site <http://tarifazero.org/mpl/>.

⁷ Fonte: <http://tarifazero.org/mpl/>

de junho a marca histórica de num único de mobilização de milhão de pessoas. (GOHN, 2013, p.8).

Em São Paulo, a maior metrópole do país, as manifestações começaram quando a prefeitura e o governo do Estado anunciaram o reajuste dos preços das passagens de ônibus, do metrô e dos trêns de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Elas trouxeram em pauta o debate sobre o direito de ir e vir, sobre a mobilidade urbana nas grandes cidades, como São Paulo, a maior metrópole do país, e sobre um novo modelo de transporte para o Brasil, o mote inicial para os protestos de junho de 2013.

Na capital paulista, para um terço da população, o tempo médio de deslocamento é de mais de três horas quer em carros parados em congestionamentos, quer em ônibus e vagões de trem ou metrô superlotados. Políticas de incentivo à compra de automóveis, somadas à ineficiência do transporte coletivo fez com que o número de carros nas doze metrópoles brasileiras saltasse de 11,5 milhões; em 2011, para 20,5 milhões. Em São Paulo, onde circulam diariamente 5,2 milhões de automóveis, uma experiência realizada entre às 17h e 20h em junho de 2012 apontou que a velocidade média dos automóveis, medida foi de 7,6 km/h, equivalente à de uma caminhada a pé. Durante o período da manhã, a velocidade média sobe para 20,6 km/h, a mesma de uma bicicleta. Além disso, obras de infraestrutura viária também são pensadas para o transporte individual sem “qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário, além, obviamente, do financiamento de campanhas”. (MARICATO, 2013, p. 24-25). O programa do metrô previa a entrega de 450 quilômetros de vias até 1990, mas até 2013, o governo estadual apresentou apenas 90 quilômetros. Segundo Chaui (2013), a mobilidade urbana se tornou quase impossível e está relacionada a outros problemas da nova ordem urbana inaugurada nas últimas décadas do século XX como a explosão imobiliária com os grandes condomínios (verticais e horizontais) e *shoppings centers*, que produzem uma densidade demográfica praticamente incontrolável e infraestrutura inadequada para atender tais demandas; aumento da exclusão social e da consequente expansão das periferias carentes e de sua crescente distância com relação aos locais de trabalho, educação e serviços de saúde.

2. Ruas e ativismo em rede

Nas ciências sociais, a noção de rede define sistemas de relações (redes sociais, de poder) ou modos de organização (empresa-rede, por exemplo). A rede é uma estrutura composta de elementos em interação; em sua dinâmica, ela é uma estrutura de interconexão instável e transitória; e em sua relação como um sistema complexo, ela é uma estrutura escondida cuja dinâmica supõe-se explicar o funcionamento do sistema visível. (MUSSO, 2004, p. 32). Manuel Castells foi um dos pioneiros a considerar o papel relevante das tecnologias da informação e comunicação para a transformação sociopolítica e econômica ao distinguir cinco principais características da sociedade em rede: a informação, a flexibilização da produção, a lógica reticular, a difusão e a convergência das tecnologias digitais de comunicação. A metáfora da rede tem sido utilizada como forma de explicar ou definir as dinâmicas, as problemáticas que envolvem a própria sociedade contemporânea e suas formas de articulação, tal qual a que caracteriza os movimentos sociais mais recentes.

Com a utilização do ativismo em rede, houve a apropriação de diferentes espaços pelo movimento e pelos manifestantes: as ruas e as redes sociais ou mídias digitais na internet. A ocupação maior metrópole do país tem seu papel simbólico: retomada, reapropriação de direitos que a própria cidade passou a cercar.

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. (MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO, 2013, p.16)

Gohn (2013, p. 23-25) divide em três momentos o que ocorreu em 2013 tendo a cidade de São Paulo como referência para a narrativa dos acontecimentos. O primeiro deles pode ser sintetizado como de desqualificação do movimento e descaso, com manifestações tímidas como o primeiro ato em seis de junho, retratado pela mídia como uma manifestação estudantil marcada pelo vandalismo. O segundo momento, a partir do 4º ato, em 13 de junho, quando a violência da Polícia Militar deixou dezenas de feridos

e resultou em 192 prisões. Tal momento caracteriza-se, segundo Gohn, pela violência, revolta popular e susto pelo movimento de massa. O que ocorreu nesse 4º ato teria sido responsável pela mudança da opinião pública, gerando adesão ao movimento. Em 17 de junho, 65 mil pessoas comparecem ao Largo da Batata para a marcha em direção ao palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. Em 20 de junho, um milhão de pessoas vão às ruas em várias cidades brasileiras das quais 25 capitais, no 7º ato, que passa a caracterizar o terceiro momento, iniciado após a revogação do aumento da tarifa em 19 de junho, uma comemoração à vitória da demanda básica das manifestações.

Na avaliação do próprio movimento, um dos porta-vozes declarou que o desenrolar dos fatos pode ser interpretado sob dois grandes momentos:

Tem uma posição da mídia, muito clara, até o dia 13, incluindo o dia 13, incluindo a edição da manhã do dia 13, então você tem esse primeiro momento. Nesse primeiro momento você tem o Primeiro Ato, que era muito grande, do tamanho de um dos maiores atos desde 2011 que foi a última luta contra o aumento, então você já tem uma maior informação, já tem uma maior legitimidade de lutar, de desnaturalizar o aumento da passagem e de desnaturalizar o transporte como mercadoria, você tem essa luta como legítima, o pessoal tá falando assim: “O transporte tem que ser direito, é minha cidade, é meu transporte, eu deveria poder usar do jeito que eu bem entender e decidir sobre ele”, então, você tem, cada vez mais, as pessoas tendo essa posição, acho que isso é um processo histórico e talvez o MPL tenha alguma parte nisso, eu acho que tem, algo em torno dele e aí você chega nos cinco mil, mais ou menos, o que tinha no primeiro ato. E aí vai aumentando, por quê? Porque as pessoas têm essa apropriação cada vez mais, tem essa legitimidade do transporte ser um direito, e por mais que isso é uma construção da mídia: de ser uma coisa ilegítima, cada vez mais as pessoas vão se apoderando e vão refletindo, elas próprias sendo cada vez mais os sujeitos dessa luta. E vai aumentando, não sei talvez em grande parte por causa da repressão que dá uma questão midiática, a radicalidade dá uma questão midiática, não sei, acho que as pessoas se apropriaram da luta e isso faz com que elas se interessem mais em lutar. (LUCA, 2013 apud ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 27)

Por rede social entende-se um conjunto atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais), que por sua vez podem ser definidas por associativismo e colaboração (RECUERO, 2009, p. 24). A página do MPL-SP no Facebook foi criada em junho de 2011. No dia 14 de junho de 2013, ela

contava com 58.350 seguidores (“curtidas”). Até o fim dos primeiros atos de protestos de 2013 já possuía aproximadamente 295 mil “curtidas”⁸. Atualmente a página oficial do MPL-SP apresenta 303 mil “curtidas”⁹, número que reflete na popularidade ou aceitação do movimento pelos seus seguidores. O coletivo também utiliza o *microblog* Twitter no qual a conta @mpl_sp, criada em janeiro de 2010, tem atualmente 3.034 seguidores¹⁰. O ativismo em rede e, sobretudo, a comunicação através das redes sociais digitais tiveram papel neste processo. Faz parte da resolução do movimento “utilizar mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público”.

Segundo pesquisa do Datafolha, divulgada em 19 de junho de 2013¹¹ e realizada com 766 pessoas, das 65 mil presentes na manifestação de segunda-feira, 17 de junho, no Largo da Batata, em São Paulo, 93% soube do ato através das redes sociais. O Facebook, utilizado por 81% como principal fonte de informação sobre os protestos. Os dados apontam que 56% dos entrevistados mencionaram ser contrários ao aumento da passagem; 40% disseram estar ali para protestar contra a corrupção; 31%, contra a repressão/violência policial e 27% por um transporte de melhor qualidade.

As redes sociais digitais ou de relacionamento foram mais que canais de comunicação e informativos do movimento, enquanto instituições permitiram que as vozes dos cidadãos também se propagassem e, sobretudo, apresentar uma leitura alternativa à da mídia tradicional sobre os eventos de junho pela redução da tarifa. A mídia tradicional que, inicialmente ignorava ou abordava o movimento de forma negativa, precisou mudar sua postura diante dos acontecimentos, principalmente quando por meio das redes, ele ganhou projeção, como se observa no depoimento de um dos integrantes que falou como porta-voz do MPL:

⁸ Termo relacionado à aprovação positiva de determinada publicação ou página do Facebook e, que, ao se referir ao determinado endereço de usuário reflete basicamente o número de seguidores.

⁹ Dados até 12 de maio de 2015.

¹⁰ Dados de 12 de maio de 2015. https://twitter.com/mpl_sp

¹¹ Dados resumidos da pesquisa podem ser encontrados em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297654-largo-da-batata-reuniu-75-mil-a-maioria-novatos-na-onda-de-protestos.shtm>. A íntegra está disponível no endereço: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/contagaem-manifestacao-lgo-da-batata.pdf>

[...] os próprios manifestantes noticiando, no Facebook, tirando foto, colocando vídeo no YouTube, noticiando pras pessoas, falando “tirei a foto aqui, olha a bala de borracha que eu tomei”, “olha esse cara, como é que ele tá”, “tô aqui na delegacia há ‘x’ horas” Eles têm um papel muito importante na informação, quanto mais gente falando... A gente acha que grande parte do tamanho que toma é porque a maioria das pessoas se apropriaram disso e elas se tornam sujeitos também da luta, quanto mais gente lutando melhor. O MPL não é a única organização que tá nessa luta e nem quer ser. Gente que tá lutando pelo transporte e não tá no MPL, maravilha. Gente que tá na manifestação e tá fazendo a notícia, não precisa ser uma página oficial do Facebook, do MPL, do Passe Livre São Paulo pra ter uma relevância na importância da luta, é isso. Teve uma importância muito grande em desmistificar e deslegitimar uma versão que estava sendo mantida pela mídia [...] (LUCA, 2013 apud ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 67)

A propagação viral de fotos, depoimentos, curtidas, comentários, compartilhamentos e outras formas de interação popularizou as reivindicações e atraiu simpatizantes de parte da opinião pública. Segundo Castells (2013, p.168), os movimentos sociais em rede contemporâneos são fundamentados na internet, embora um componente necessário, mas não suficiente, da ação coletiva. As redes digitais sociais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir e criam as condições para uma forma de prática comum que permite aos movimentos sem liderança sobreviverem, deliberarem, coordenarem e expandirem-se, além de manter a comunicação entre as pessoas do movimento com a sociedade geral na luta contra a dominação institucionalizada.

Protestos individuais que se amplificavam no coletivo ou grupo com o uso das mais variadas plataformas tecnológicas de conexão, aspectos que nos remetem à forma de socialidade inerente à cibercultura, entendida como o conjunto de saberes, hábitos e discursos (sociais, políticos, econômicos, históricos, artísticos) que se assenta em torno de três princípios básicos: a liberação do polo da emissão da informação, o crescimento da conexão aberta e planetária e a reconfiguração de práticas associadas à indústria cultural de massa. Como toda cultura, é derivada de processos dinâmicos, fruto das dimensões sociais e técnicas presentes no contexto histórico de seu desenvolvimento. (LEMOS, 2014, p. 413).

3. A espetacularização e midiaticização dos protestos

Guy Debord (1931-1994), em *A Sociedade do Espetáculo*, afirma que toda a vida nas sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos e tudo o que é vivido se esvai na fumaça da representação. As imagens criam um mundo à parte, uma realidade “parcial” e, neste sentido, o espetáculo, enquanto parte da sociedade, é algo produzido fruto da relação social entre pessoas mediatizadas por imagens, gera o olhar “iludido” ou angulado deste conjunto de imagens e representações, traduzido na perda de unidade das coisas. Desde que o conceito de sociedade do espetáculo foi cunhado, nos anos de 1960-1970, muitas transformações ocorreram como já mencionado.

Segundo Kellner (2004, p. 5), estamos entrando numa nova cultura do espetáculo que constitui uma nova configuração da economia, da sociedade, da política e da vida cotidiana, e que envolve novas formas de cultura e de relações sociais e novos modelos de experiência. Para Kellner, os espetáculos existem desde os tempos pré-modernos. Olimpo, os festivais de dramaturgia e de poesia, batalhas retóricas públicas, e guerras da Grécia Clássica, às orgias, a ampla oferta de pão e circo, batalhas políticas, o espetáculo do Império com as paradas e os monumentos em honra dos Césares vitoriosos e dos exércitos da Roma Antiga são exemplos que ilustram isso.

Nos primórdios da era moderna, Maquiavel aconselhou seu príncipe sobre o uso produtivo do espetáculo para o governo e o controle da sociedade, e os imperadores e reis dos estados modernos cultivaram os espetáculos como parte de seus rituais de governo e poder. O entretenimento popular naturalmente teve suas raízes no espetáculo, enquanto a guerra, a religião, os esportes e outros aspectos da vida pública se tornaram terrenos férteis para a propagação do espetáculo por muitos séculos. Agora, com o desenvolvimento de novas mídias e da tecnologia da informação, os tecnoespetáculos têm, decisivamente, determinado os perfis e as trajetórias das sociedades e culturas contemporâneas, pelo menos nos países capitalistas avançados, ao mesmo tempo em que o espetáculo também se torna um fato marcante da globalização (KELLNER, 2004, p. 5).

Kellner afirma que vida político-social é cada vez mais moldada pelo espetáculo, desde os conflitos sociais e políticos “cada vez mais presentes nas telas da cultura da mídia, que apresentam os espetáculos de casos sensacionalistas de assassinatos, bombardeios terroristas, escândalos sexuais envolvendo celebridades e políticos, bem como a crescente violência da atualidade”. Hoje, há uma nova cultura do espetáculo, com o surgimento de megaespetáculos e de espetáculos interativos. Isso é evidente neste novo milênio e constitui novas formas de cultura global. A teoria social crítica se depara com novos desafios no mapeamento teórico e na análise dessas novas formas de cultura e de sociedade e de como elas podem conter novas formas de dominação e de opressão bem como a potencialidade para a democratização e a justiça social. De acordo com Kellner, sob a influência de uma cultura imagética multimídia, os espetáculos sedutores fascinam os ingênuos e a sociedade de consumo, envolvendo-os na semiótica de um mundo novo de entretenimento, informação e consumo, que influencia profundamente o pensamento e a ação. Se na concepção de Debord, o espetáculo na sociedade midiaticizada podia ser visto como algo alienante, gerador de passividade e despolitização, há talvez, do ponto de vista mais otimista, surge uma tentativa de reação a essa sociedade que compra as “verdades” midiáticas como realidade.

A cibercultura não é mais a sociedade do espetáculo, no sentido dado a essa pelo situacionista francês Guy Debord. Ela é mais do que o espetáculo, configurando-se como a “manipulação” digital do espetáculo. O espetáculo é a representação do mundo através dos *mass media*, enquanto que a cibercultura é a simulação do mundo pelas tecnologias do virtual. A cibercultura surge com os *postmedia*, ou seja, as redes informáticas, o multimídia interativo, a realidade virtual. A cibercultura toma a simulação como a via de apropriação do real, enquanto que o espetáculo da tecnocultura moderna apropria o real por meio da representação do mundo (LEMOS, 2015, s.p).

Viu-se durante os protestos, que o MPL escolheu o termo “ato” para nomear a série de ações programadas e levantes durante junho de 2013 e nos anos seguintes. A palavra encontra ainda aproximação com o contexto da sociedade midiaticizada contemporânea, caracterizada pela espetacularização de processos com a utilização ou mediação da mídia, em que os meios são utilizados como formas das narrativas ou para

dar os recortes e induzir a leitura de determinados contextos. O termo “ato” remete às artes onde é utilizado para demarcar cada uma das partes em que se divide uma peça de teatro, uma ópera ou um balé, que também remete ao ponto de vista da ética à ação guiada por uma consciência livre e consciente e ainda sob o viés filosófico, ao estado de pleno desenvolvimento daquilo que em um momento anterior apresentava uma tendência ativa para a transformação ou ainda, sob aspecto jurídico, a documento público que expõe a deliberação de uma autoridade. (HOUAISS, 2009).

José Szwako, Monika Dowbor (2013) fazem uma aproximação entre a “performance” do MPL e dos comitês Populares da Copa (CPC) e o que chamam de “metáforas dramatúrgicas” e “realidades teatrais”. Nesse sentido, uma abordagem teatralizada dos movimentos sociais permite entendê-los como “dramas nos quais protagonistas e antagonistas competem para afetar as interpretações do público a respeito das relações de poder em vários domínios”. Assim, os movimentos esperam uma reação positiva do público (seja as autoridades estatais, a opinião pública ou quaisquer outras personagens da sociedade civil) de modo a cativá-lo ou tê-lo como seu aliado. Para gerar essa adesão ou convencimento, os movimentos dramatizam ações, forjam ou emprestam palcos e “vitrines” e encenando atos que dependem da cooperação entre seus protagonistas (os militantes) e de seu esforço para a perfeição de cada parte do seu espetáculo como numa montagem teatral que envolve elementos como a cenografia, a trilha sonora, o figurino.

Por fim, a utilização das metáforas teatrais não tem por objetivo despolitizar a atuação dos movimentos; consideramos apenas um enquadramento analítico alternativo ao da semântica do confronto e das metáforas bélicas. Ambos, interacionismo e confronto político, são formas ricas e não excludentes de se aproximar desse universo heterogêneo e complexo (SZWAKO e DOWBOR, 2013, p. 44-45).

Os autores fazem uma análise de eventos que antecederam os protestos de 2013 como as revoltas do Buzu e da Catraca, e um paralelo com o protesto de 25 de outubro de 2013 na capital paulista. Para tanto, Szwako e Dowbor apoiam-se em três categorias teatrais aproximando aspectos da teoria das manifestações coletivas e do confronto político defendidas pelos sociólogos Sidney Tarrow (1938-), Charles Tilly (1929-2008)

da teoria social sobre interação simbólica de Erving Goffman (1922-1982), cientista social e escritor canadense, que se popularizou com o livro *A representação do eu na vida cotidiana*¹² e que permite a análise dramática: a noção de bastidores, que enfatiza aquilo que não é dado à percepção pública e que, segundo eles remete à forma de organização interna dos movimentos e ao espaço de deliberação estratégica do movimento; as noções de palco e de vitrine (*public display*). “Dispostos em um *continuum* que vai das vitrines aos palcos, os movimentos constroem formas pelas quais expõem suas causas para um público maior e dramatizam suas questões” (2013, p. 45). Tais relações também podem ser feitas com os protestos de junho de 2013.

Neste sentido, podem-se fazer outras analogias: as praças e cidades como palcos do drama urbano; os manifestantes como atores e protagonistas do enredo à espera do clímax, em que seus anseios potencializados pela voz da multidão e do público possam ser ouvidos pelo poder competente.

Segundo Szwako e Dowbor, nos bastidores os movimentos se articularam para aglutinar o público. O elemento dramático faz parte da tônica e da narrativa dos movimentos. Os protestos e manifestações também envolvem toda uma representação e teatralização ao tornar as ações públicas, expondo-as à sociedade. Pode-se, até certo modo, dizer que a comunicação é utilizada, sob muitos aspectos para esta promoção, publicidade e espetacularização de tais eventos, que, no que se refere aos protestos de junho de 2013 foram amplamente midiaticizados.

Tal aproximação entre essa “interpretação cênica da realidade”, as dinâmicas teatrais e eventos remete à espetacularização (SODRÉ, 2013) ou midiaticização dos protestos basicamente de duas maneiras: uma quando se considera a transmissão pelo próprio movimento ou pelo público utilizando as plataformas dos dispositivos móveis, o que permitiu até uma mudança de angulação na cobertura da mídia tradicional, e outra através da apropriação dos movimentos por esta própria mídia tradicional que passa a ser alvo da truculência da polícia, em especial no ato do dia 13 de junho, conforme já apontado. Permite pensar que se o meio é a mensagem, conforme McLuhan, isso

¹² GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

significa que as mídias deixaram de ser canais tecnológicos de transporte de uma mensagem e se tornaram o próprio conteúdo que “intervém culturalmente na vida social, dentro de um novo mundo sensível criado pela reprodução imaterial das coisas, pelo divórcio entre forma e matéria” (SODRÉ, 2013, p. 19). E, sobretudo, pensa-se na dimensão sociossemiótica do conceito de cultura em suas quatro vertentes: a que vê a cultura como instância em que cada grupo organiza sua identidade; a que vê a cultura como instância simbólica da produção e reprodução da sociedade; a que vê a cultura como instância de conformação de consenso e hegemonia (cultura política e legitimidade) e, por fim, que trata da cultura como “dramatização eufimizada dos conflitos sociais” (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 43).

4. O novo espaço público

A cidade compõe com os meios tecnológicos que deram vazão às vozes desses movimentos e de anseios da população um novo espaço de manifestação e produção de sentido.

A ruptura da ordem linear sucessiva alimenta um novo tipo de fluxo, que conecta a uma estrutura reticular do mundo urbano com a do texto eletrônico e do hipertexto. Na assunção de tecnicidade midiática como dimensão estratégica da cultura, nossa sociedade pode interagir com nos novos campos de experiência em que hoje se processam as mudanças: desterritorialização/recolocação das identidades, hibridações da ciência e da arte, dos escritos literários, audiovisuais e digitais, a reorganização dos saberes desde os fluxos e redes, pelos quais hoje se mobilizam não só a informação, mas também o trabalho e a criatividade, o intercâmbio e a aposta em comum de projetos políticos, de pesquisas científicas e experimentações estéticas (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.76)

A ocupação do espaço urbano e dos prédios simbólicos espaço dá visibilidade às ações do movimento. Os espaços ocupados são geralmente carregados do poder simbólico de invadir áreas do poder de estado ou de instituições financeiras ou “evocam memórias de levantes populares que expressam a vontade dos cidadãos quando foram fechadas outras vias de representação”. Nessa ocupação urbana, os cidadãos reivindicam a sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação

imobiliária e pela burocracia municipal, como se estivessem recuperando o controle de suas próprias vidas (CASTELLS, 2013, p. 16). Embora estes movimentos, geralmente, comecem nas redes sociais da internet, “eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano, seja por ocupação permanente de praças públicas, seja pela persistência das manifestações de rua”, e desenvolveria uma “nova forma espacial” que ele chama de “espaço da autonomia”.

O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio torna-se retirada. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço de fluxos equivale a um ativismo interrompido (CASTELLS, 2013, p.160-161).

E nessa produção de sentido midiático-urbana do confronto político e do empoderamento (*empowerment*) dos movimentos gera o contrapoder, por não se limitar à internet e constitui-se enquanto alternativa, já o espaço público institucional constitucionalmente designado para a deliberação está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes

CONCLUSÃO

Buscou-se até aqui apresentar considerações que permitissem a compreensão geral do que foram os protestos de junho de 2013, com os mesmos foram articulados, os principais atores envolvidos, aspectos relacionados à comunicação e a constituição de uma ágora ou espaço público de discussão.

São Paulo, que já foi historicamente definida como “capital do capital”, durante o período de protestos passou a emblematicar a capital das reivindicações coletivas. Isto porque, espaços públicos que foram erigidos para servir ao capital foram ressignificados mediante às ações coletivas; as praças que de áreas de lazer já a décadas haviam se

transformado em frios espaços de passagem metamorfosearam-se em campos de aglutinação de milhares de pessoas que bradavam com emoção por múltiplas reivindicações.

Nesse contexto, os protestos de junho de 2013 na capital paulista favoreceram a reocupação urbana, deixando claro que espaços citadinos e críticas sociais coletivas amoldaram-se mutuamente.

A amplidão dos espaços não só favoreceu a concentração humana mas também abriu oportunidades para o amplo clamor público. Áreas estratégicas do território urbano ao terem suas funções redefinidas para além do esperado ou do proposto pelas instituições oficiais transformaram-se em metáforas concretas da ânsia de liberdade e participação social. Mais do que isso, acredita-se que a tomada do espaço urbano pela população está diretamente articulada com o direito à cidade, entendendo-se por isto, que esta mesma população, a arquiteta do território urbano passou a percebê-lo como o terreno propício para reivindicações dos seus direitos cidadãos. Lembra-se ainda que, mesmo pautado pela espontaneidade, as redes sociais e a ampla cobertura da mídia dos protestos de 2013 incitaram uma atuação espetacularizada do tecido coletivo. Assim, protestos populares, cultura de massa e seus desdobramentos espetaculares deram uma forma e um sentido a tudo que então aconteceu.

Os protestos representam um empenho de múltiplas camadas sociais em exercitar a participação política em um contexto no qual o processo democrático ainda se encontra permeado por graves lacunas e por vigorosas críticas não só ao Estado, mas a todos os agrupamentos políticos. Acrescenta-se a isso algo que ainda tem sido pouco explorado pelos estudiosos do evento aqui analisado: as desconfiças em relação às instituições oficiais incitaram a constituição de novos grupos pautados mais pela confluência de interesses e expectativas do que por um alinhamento ideológico mais evidente. Pensa-se também que se constituiu numa etapa sociocultural na qual os sujeitos da pós-modernidade buscavam novas formas de pertencimento, associativismo e colaboração.

A grande herança dos protestos de 2013 foi ter criado ou (re)acendido no brasileiro uma cultura de protesto, uma atitude reativa da população que passou a

acreditar, em termos, na mobilização popular, na articulação de ações política através de atos de protesto e na utilização das redes sociais e mídias digitais como forma de ativismo como forma de participação e de exercício da cidadania. Tal cultura reflete a indignação da população com relação às questões sociais, um levante contra a apatia política, sobretudo da juventude, que até então não tinha experimentado participações mais democráticas. Essa cultura de protesto concentrou em si toda uma esperança de mudança e transformação social diante da representatividade que a eleição direta fornece. Entretanto, a população ficou esperando mudanças que não ocorreram em nenhuma das demandas levantadas. Um ano depois dos levantes de junho de 2013, o movimento fez uma avaliação positiva das manifestações. O MPL continuou a articular as ações em relação à questão da mobilidade urbana e transporte coletivo. Em todos os canais de comunicação pela internet, o movimento propaga suas ações, com uma ampla agenda de iniciativas em regiões periféricas das cidades, com grupos de movimentos sociais e autoridades para discutir tais temáticas. O trabalho informativo e educativo com a divulgação de artigos, vídeos, prosseguiu como previa a própria organização.

O aumento da tarifa fez com que o MPL organizasse seis atos, em janeiro de 2015, sem resultados práticos. Em março, uma apropriação dessa cultura de protestos por partidos políticos de oposição ao governo Dilma e grupos da mídia tradicional. Panelaços, manifestações nas quais as pessoas batem painéis e utensílios de metal em forma de protesto, ocorreram durante programas do PT no horário político e em discursos de Dilma Rousseff. Esses atos organizados por opositores do governo foram iniciados no dia 13 de março de 2015, uma sexta-feira, e no domingo, 15 de março, protestos ocorreram em mais de 70 cidades brasileiras. Os protestos encabeçados pelos movimentos Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre e Revoltados Online, grupos que se dizem apartidários e se caracterizam pela pauta anticorrupção ou defendem o *impeachment* da presidente foram convocados pela internet e pelo Whatsapp¹³.

¹³ O WhatsApp Messenger é um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS. O aplicativo está disponível para iPhone, BlackBerry, Android, Windows Phone, e Nokia e sim, esses telefones podem trocar mensagens entre si. (Fonte: http://www.whatsapp.com/?l=pt_br)

Se, por um lado, a cultura de protesto surgida em 2013 permitiu, mesmo com um certo exercício da cidadania através do ativismo em rede, a livre manifestação de opinião no espaço público (constituído tanto por áreas geográficas quanto pelo ciberespaço) que se criou, por outro os desdobramentos posteriores mostram certa limitação com a qual os movimentos sociais a população que ainda anseia por seus direitos atendidos terá que lidar para conquistar seus objetivos.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

_____. *The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance*. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, 2008. p. 78-93. Disponível em: <<http://ann.sagepub.com/content/616/1/78>>. Acesso em 01 jul 2012.

_____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CHAUI, Marilena. *As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo*. Teoria e Debate. v. 113, 2013. Disponível em <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em 27 jun. 2013.

DI FELICE, Massimo. *Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas*. MATRIZES, v. 7, n. 2, p. 49-71, 2013b.

ESPÍRITO SANTO, Maíra Ouriveis do. *Lutas sociais e ciberespaço: o uso da Internet pelo Movimento Passe Livre nas manifestações de junho de 2013 em São Paulo*. Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. UFRJ, 2009.

GOHN, M. da G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, 2013, p. 47-6.

HOUAISS, ANTÔNIO. *Dicionário Eletrônico*. Editora Objetiva, 2009

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo*. Líbero, v. 6, n. 11, 2007.

LEMOS, André. Ciber-socialidade: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. *Logos*, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 4, Jan. 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/logos/article/view/14575>>. Acesso em: 12 Mai. 2015.

_____. Tecnologia e Cibercultura. In: BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRANÇA, Vera Veiga. (Org.). *Dicionário de Comunicação: escolas, teorias e autores*. 01ed. São Paulo: Contexto, 2014, v. 01, p. 412-420.

_____. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Sulinas, 2013a.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 51-79, 2006.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo: Carta maior, 2013, p. 19-26.

MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo: Carta maior, 2013, p. 13-18.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1964.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”? *MATRIZES*, v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Vozes, 2013.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiaticização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *MATRIZES*, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2014.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 35 - 40.